

ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS NA ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES SURDAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Patricia Pereira Tavares de Alcantara, enfermeira.tavares.81@gmail.com, URCA

Marina Barros Wenes Vieira, mahwenes123@gmail.com, URCA

Daiana de Freitas Pinheiro, daianafp1994@gmail.com, URCA

Francisca Evangelista Alves Feitosa, franciscaef@hotmail.com, URCA

Resumo: Mulheres surdas fazem parte do universo de problemáticas sociais e de saúde pública, dentre elas o da violência contra a mulher. Objetivou-se averiguar as ações desenvolvidas pelos Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na assistência às mulheres surdas vítimas de violência. O estudo foi realizado com profissionais enfermeiros das Estratégias de Saúde da Família (ESF) da zona urbana, do município de Iguatu/CE. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a outubro de 2020, por intermédio de um *link*, que disponibilizava um questionário eletrônico no *Google Forms*, onde os profissionais poderiam responder as perguntas após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Verificou-se que assistência do enfermeiro às mulheres surdas vítimas de violência não é algo comum, pois os profissionais não se consideram capacitados para ofertar esta assistência. Concluiu-se que quanto mais os profissionais forem capacitados sobre LIBRAS, maior a possibilidade de respeito à inclusão social e à cultura do surdo.

Descritores: Surdez; Violência contra a mulher; Acessibilidade.

Eixo temático: Temas livres

Modalidade do trabalho: Trabalho completo

1. INTRODUÇÃO

A pessoa com surdez é compreendida atualmente como uma especificidade da pessoa que se diferencia de outros seres em razão da sua forma de comunicação (SOARES et al., 2018). Estudos apontam que a mulher com deficiência passa privações por falta de políticas públicas na saúde, na educação, no trabalho (KRAUSE, 2017).

Associado a isso, as mulheres surdas fazem parte do universo de problemáticas sociais e de saúde pública, dentre elas a maior suscetibilidade à violência contra a mulher. Contudo, não existem estatísticas de casos ou de denúncias, pois elas não conseguem dialogar, ser entendidas pela rede da polícia e pela rede de apoio (NITAHARA, 2019).

Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) define violência contra mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, que ocorra, seja na vida pública ou na vida privada” (PAULA et al., 2017).

Contudo, as ocorrências às mulheres surdas não geram atendimento e não são captadas pelos sistemas de informação, resultando na subnotificação dos eventos, e contribuindo para reforçar a invisibilidade da violência contra a mulher (GARCIA, 2016).

Nesse cenário, ao buscar atendimento em saúde, os principais obstáculos enfrentados pelas surdas envolvem a falta de conhecimento da língua de sinais por parte dos profissionais e/ou a falta de intérpretes nas unidades (SANTOS; PORTES, 2019).

Devido o desconhecimento generalizado sobre a função da língua na formação da subjetividade, a surdez representa um desafio linguístico para todos: pais e/ou responsáveis, e profissionais da saúde e educação (LAMOGLIA, 2015).

Evidencia-se que os profissionais não estão preparados para atender a comunidade surda, por falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Contudo, os serviços devem compreender que não são os surdos que precisam entrar no mundo dos ouvintes, mas o contrário, os ouvintes entrarem no mundo dos surdos (LAMBERG; OLIVEIRA, 2017).

A partir desse conjunto de questões averiguadas, ressalta-se a importância da visibilidade e reconhecimento da necessidade de melhoria das condições de vida e saúde destas mulheres. Proporcionando assim, a integralidade da saúde e a incorporação de novos segmentos populacionais ao atendimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) (PAULA et al., 2017).

Diante dos achados, surge a seguinte questão norteadora do estudo: Como o (a) Enfermeiro (a) presta assistência às mulheres surdas violentadas?

A relevância do estudo se dá em virtude dos profissionais Enfermeiros serem essenciais na detecção, intervenção e encaminhamento dessas ocorrências a órgãos competentes. Bem como, da necessidade do desenvolvimento de estudo que fomente a inclusão social.

Assim, o estudo se propõe a trazer discussões de práticas e condutas de assistência à saúde que respeitem os princípios do SUS: universalidade, equidade e integralidade do cuidado.

2. OBJETIVO

Averiguar as ações desenvolvidas pelos Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na assistência às mulheres surdas vítimas de violência.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado com profissionais enfermeiros das Estratégias de Saúde da Família (ESF) da zona urbana, do município de Iguatu/CE.

Na pesquisa descritiva relata os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, em narrativas, declarações, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coleta de dados e informações (MINAYO, 2001).

Enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. A abordagem qualitativa trabalha com informações expressas nas palavras orais e escritas, em pinturas, em objetos, fotografias, desenhos, filmes etc. A coleta e a análise não são expressas em números (ZANELLA, 2011).

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a outubro de 2020. Tivemos como critérios de inclusão: possuir, no mínimo, seis meses de atuação na ESF na qual se

encontra atualmente lotado. E como critério de exclusão: sujeitos que não foi possível contato para envio de instrumento, ou que estejam de férias ou licença maternidade ou por enfermidade.

A coleta foi realizada por intermédio de um link, que disponibilizava um formulário eletrônico no Google Forms que continha questões referentes ações desenvolvidas pelos Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na assistência às mulheres surdas vítimas de violência. Os profissionais poderiam responder as perguntas após concordarem e assinalarem o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A escolha por essa opção de instrumento ocorreu devido ao momento de pandemia que está sendo vivenciado, evitando assim o contato físico entre pesquisador e participantes. Entretanto, é válido ressaltar que serão respeitadas todas as determinações éticas e legais.

Mediante a utilização dos critérios de elegibilidade, a amostra de participantes do estudo foi composta por 10 profissionais. O estudo seguiu as normatizações éticas instituídas pelas Resoluções Nº 510 de 07 de abril de 2016 e Nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. E apresentou aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) sob número 4.048.583.

4. RESULTADOS

Quando questionados acerca de das ações desenvolvidas, verificou-se que as respostas dos participantes apontam para a forma de como ocorre a assistência do enfermeiro às mulheres surdas vítimas de violência. As falas abaixo trazem alguns relatos dos participantes do estudo:

“As ações educativas poderiam ser realizadas para todas as mulheres, aí convocaria um intérprete para ele transmitir o assunto trabalhado, e junto a temática incluiria a importância da violência a mulher surda como também a violência contra a mulher.”
(ENF 5)

“Nunca cheguei a atender, pois até então não tive essa demanda. Apenas uma que era parcial. Até então não havia pensado nisso.” (ENF 9)

A partir das falas, percebeu-se que não é algo comum a realização de ações voltadas a esse público. E que esse negligenciamento leva essas mulheres a subutilizar os serviços de

saúde. Associado a isso, percebeu-se que muitos dos profissionais desconhecem a LIBRAS dificultando ainda mais a oferta de assistência a essa clientela.

Observou-se que quanto mais os profissionais forem capacitados sobre LIBRAS, maior a possibilidade de respeito à inclusão social e à cultura do surdo (SOARES, et al., 2018). Favorecendo assim, a realização de ações que incluam esse grupo nos serviços de saúde, desconstruindo a barreira existente entre profissionais e pacientes surdos.

Reitera-se que o enfermeiro deve adquirir competência no uso de técnicas de comunicação não verbal, no intuito de desenvolver uma postura que permita a aquisição de conhecimentos das questões inerentes a um cuidado humanizado a todos os clientes (ARAÚJO et. al., 2015).

Percebeu-se que além da problemática da falta de capacitação dos enfermeiros, ainda existem dificuldades para o trabalho sobre violência contra a mulher surda. A seguir algumas falas que abordam o assunto:

“Sim, em razão de possíveis represálias.” (ESF 1)

“Sim. Dificuldade de comunicação.” (ESF 3)

“A maior dificuldade são as ameaças por parte dos agressores e próprios familiares tanto para o profissional que ajudou a mulher a visualizar que aquilo não é certo e que não é normal, quanto para equipe de forma geral.” (ENF 5)

A violência sofrida pelas mulheres é determinada como violência doméstica ou violência de gênero e incide em um evento preocupante e de alta complexidade, atingindo mulheres ao redor do mundo (SANTOS et. al., 2019).

As falas acima trazem que a mulher surda, vítima de violência contra a mulher, muitas vezes procura o serviço de saúde acompanhada do próprio agressor, gerando desconforto a vítima na realização da denúncia, interferindo na relação entre profissional-paciente, e reprimindo a voz dessa mulher que procura ajuda e apoio profissional. Esse fato faz com que os profissionais temem algum tipo de represálias, e dificulta ainda mais o atendimento da mulher surda, e essa mais uma vez é silenciada.

A dificuldade desta clientela em receber a abordagem e o tratamento adequados se justifica, principalmente, pela falta de preparo, paciência, compreensão e inclinação de tal profissional para com o seu cliente surdo, bem como pela ausência de intérpretes nos serviços (ARAÚJO et. al., 2015).

Infelizmente os profissionais não estão preparados para atender a comunidade surda, por falta de conhecimento sobre LIBRAS, e essa fragilidade favorece a reprodução de violências significativas em seus atendimentos.

Vale ressaltar os múltiplos silenciamentos que esse grupo de mulheres sofre e a carência de estudos e pesquisas para que políticas públicas sejam pensadas e efetivadas para que esse tipo de violação de direitos humanos não seja perpetuado (CARDOSO; PINTO, 2017).

5. CONCLUSÃO

Observou-se que o conhecimento dos Enfermeiros no atendimento das mulheres surdas que vivenciam casos de violência é muito importante, e que as reflexões sobre a assistência visaram transformar e fortalecer a implantação de novas estratégias que favoreçam uma melhor comunicação com esse público.

Dessa forma os principais fatores contribuintes para uma assistência voltada a essas mulheres são a deficiência no processo de formação, a procura de capacitações na área e a falta de oferta de capacitação no próprio serviço de saúde para esses profissionais.

Embora a violência contra a mulher seja um tema atual e amplamente debatido e investigado em diferentes áreas do conhecimento, o tema proposto apresenta poucos estudos na área, configurando como um fenômeno social complexo que necessita cada vez mais ser trabalhado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. C. J.; COURA, A. S.; FRANÇA, I. S. X.; ARAÚJO, A. K. F.; MEDEIROS, K. K. A.S. Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. Nursing consultation to deaf people: a contextual analysis, **ABCS HEALTH SCIENCES BCS**, 2015. DOI <https://doi.org/10.7322/abcshs.v40i1.702>. Disponível em: <https://portalnepas.org.br/abcshs/article/viewFile/702/667>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CARDOSO, F. P.; PINTO, M. L. OS MÚLTIPLOS SILENCIAMENTOS DE MENINAS E MULHERES SURDAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, **Anais do XIV Congresso Internacional de Direitos Humanos**, 2017. Disponível em: <http://cidh.sites.ufms.br/mais-sobre-nos/anais/>.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 25, n. 3, p. 451-454, set. 2016. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000300451&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>.

KRAUSE, K. Feminismos surdos, deficiências e políticas públicas. **V Enlaçando Sexualidades**, Editora realize, v. 1, p. 1-12, 27 nov. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID1181_16072017175840.pdf.

LAMBERG, D. T.; OLIVEIRA, G. T. S. Mulheres surdas e a violência de gênero. **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 13th. Women's Worlds, UFSC, 4 ago. 2017. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/..](http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/)

LAMOGLIA, A. SURDEZ E DIREITOS HUMANOS – O QUE DIZ O RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DEFICIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, v. 3, n. 4, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NITAHARA, A. Mulheres com deficiência têm mais dificuldade para denunciar violência. **Agencia Brasil: EBC - Empresa Brasil de Comunicação**, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/mulheres-com-deficiencia-tem-mais-dificuldade-para-denunciar>.

PAULA, T. F.; GEDIEL, A. L. B.; DIAS, M. M. S. Mulheres Surdas e o acesso às informações acerca da Saúde. **JMPHC. Journal of Management and Primary Health Care**, [S. l.], p. 147-147, 5 Jan. 2017. Disponível em: <http://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/489>.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 27, e3127, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100318&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2612.3127>.

SANTOS, D.S.; MAGALHÃES, J.M.; CÔELHO, M. C. V. S.; ALMEIDA, C. A. P. L.; Viana, M. R. P.; Carvalho, C. M. S.; Pereira, A. A. M. Violência doméstica contra a mulher: visão de enfermeiros pós-graduandos em obstetrícia no Piauí. **J. nurs. health**. 2019;9(3):e199310.

SOARES, I. P.; LIMA, E. M. M.; SANTOS, A. C. M.; FERREIRA, C. B. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Portal de Periódicos da UFBA**, Revista Baiana de Enfermagem, v. 32, 3 set. 2018. DOI



Congresso Nacional de Inovações em Saúde
doity.com.br/conais2021



<http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.25978>. Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978>.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2011. 134 p. ISBN 978-85-7988-111-3. Disponível em:
http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf.